

O caminho para o baixo carbono passa pelo transporte



» VINICIUS LADEIRA
Diretor adjunto nacional do Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e líder do projeto Transporte e a COP31

Agenda climática vem transformando o papel de diferentes setores no desenvolvimento econômico. Em um cenário em que muitos compromissos já foram assumidos, o desafio é convertê-los em resultados, com políticas públicas, investimentos e cooperação capazes de acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

Poucos setores traduzem tão claramente esse novo momento quanto o transporte. A atividade responde por uma parcela relevante das emissões globais e, ao mesmo tempo, sustenta a circulação de pessoas, mercadorias e cadeias produtivas. É no cotidiano das operações que a transição passa a orientar decisões, investimentos e inovação.

O transporte brasileiro chega a essa discussão em condições diferentes das que ocupava poucos anos atrás. Nos últimos anos, o setor construiu uma agenda própria para a descarbonização. Produziu estudos, fortaleceu o diálogo entre empresas, governo, academia e organismos internacionais. Em Belém, esse movimento ganhou escala e visibilidade internacional, com o primeiro pavilhão dedicado ao transporte na história das Conferências das Partes (COPs).

A Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e o primeiro Inventário Nacional de Emissões do Transporte são exemplos que sintetizam essa trajetória. As duas iniciativas ajudam a organizar uma base técnica construída de forma colaborativa, capaz de orientar políticas públicas, decisões empresariais e investimentos voltados à redução das emissões sem abrir mão da eficiência logística e da competitividade.

O setor privado tem ampliado sua participação nesse processo, com avanços na renovação de frota, corredores sustentáveis, combustíveis de baixa emissão e ganhos de eficiência operacional. Em paralelo, o setor público vem aprimorando políticas e instrumentos para oferecer maior previsibilidade e viabilizar os investimentos necessários à transformação do setor. Esse processo também permite acumular experiências e identificar desafios comuns à transição.

A praticamente dois meses da COP31, esse percurso encontra na conferência um ambiente especialmente favorável, em uma agenda cada vez mais voltada à implementação e à aceleração de soluções. Essa discussão dialoga diretamente com a realidade do transporte brasileiro, que exige planejamento de longo prazo, inovação tecnológica, segurança regulatória e continuidade nas decisões de investimento.

A diversidade de soluções adotadas pelo setor confirma que não existe uma única rota para a transição energética. Biocombustíveis, eletrificação, renovação de frota, eficiência logística e integração entre os modais compõem um conjunto de soluções complementares. Essa combinação é compatível com a realidade de um país continental e demonstra que a descarbonização precisa considerar diferentes contextos econômicos, operacionais e regionais.

Para que essas soluções avancem em escala, no entanto, é necessário criar condições para que diferentes tecnologias e modelos encontrem espaço para se desenvolver. Isso passa por infraestrutura adequada, acesso a financiamento, segurança para investimentos e políticas capazes de considerar as especificidades de cada modo de transporte. A transição também exige coordenação entre diferentes níveis de governo e o setor produtivo, para que decisões tomadas hoje tenham continuidade e produzam efeitos ao longo dos próximos anos.

Em um setor intensivo em capital e com ativos de longa duração, previsibilidade é parte essencial dessa equação.

É também por isso que a participação do transporte na COP31 não se limita à redução de emissões. O setor pretende contribuir para o debate sobre mobilidade sustentável, adaptação e resiliência da infraestrutura, financiamento, qualificação profissional para os empregos da transição e mecanismos capazes de acelerar investimentos em soluções de baixo carbono.

A experiência brasileira mostra que a transição depende da combinação entre conhecimento técnico, inovação, diálogo institucional e capacidade de cooperação, mas também de soluções compatíveis com diferentes realidades econômicas, operacionais e territoriais.

A agenda climática mundial já definiu o destino. O desafio agora é construir a rota. É essa contribuição que o transporte brasileiro leva à COP31. A experiência acumulada pelo setor oferece elementos para o debate internacional e para a construção de soluções que conciliem redução de emissões, eficiência logística, competitividade e desenvolvimento econômico.

Condicionantes fiscais-monetários da dívida pública



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia

No último artigo, tratei de uma das dimensões do problema fiscal brasileiro; o texto focava em elementos do lado primário da política fiscal, particularmente na dinâmica da despesa e do déficit. A conclusão daquele artigo é de que nenhum daqueles indicadores fiscais analisados apresentou piora significativa na atual legislatura. Ainda assim, a dívida pública avançou 10 pontos percentuais do PIB. Este artigo se ocupará exclusivamente da dimensão monetária da dívida.

O melhor material disponível para entender as nuances da dívida pública é o livro dos professores Larissa Dornelas e Fábio Terra intitulado *Selic: o mercado brasileiro de dívida pública*. Nele, os autores fazem uma explicação detalhada das interações entre Tesouro e Banco Central (BC) no que se refere à oferta de títulos da dívida pública, que pode ter fins fiscais, o financiamento do déficit, ou ainda, fins monetários, calibrar a liquidez na economia.

Começando pelos fins monetários, a cada 45 dias, o Copom fixa uma meta para a taxa básica de juros, atualmente em 14 pontos base. Para entender o mecanismo, suponha uma economia que contenha dois bancos: A e B, além do BC e do público que mantém negócios com os bancos. Diariamente, A e B apuram seus caixas. Suponha que, em um dia específico, o banco A tenha insuficiência de caixa igual a \$10, já o banco B tenha sobras iguais a \$10. Nesse caso hipotético, basta o banco A emitir um título de dívida no valor de \$10 no mercado interbancário que o banco B comprará. Essa eventual falta de liquidez do banco A é solucionada no próprio mercado bancário, sem nenhuma pressão sobre a taxa de juros, pois a oferta de reservas é igual à demanda.

Suponha, agora, que o banco A teve insuficiência de caixa igual a \$10, mas o B teve sobras da monta de \$15. Isso implica que o saldo agregado dos bancos A e B contempla uma sobra de \$5. O banco B tentará emprestar essa sobra ao banco A, que não terá demanda. Nesse caso, a taxa de juros para negócios interbancários cairia abaixo da taxa de juros fixada pelo Copom. O BC intervém nesse dia recolhendo o excesso de recursos no sistema bancário a partir da venda de títulos públicos ao banco B em um mercado denominado Selic. Esse é o mecanismo de intervenção do BC que faz com que a taxa básica de juros (taxa Selic) e a taxa dos depósitos interbancários (CDI) convirjam para a meta da taxa Selic fixada pelo Copom.

É importante destacar que, para os fins da política monetária, o BC não emite títulos próprios, mas, sim, títulos do Tesouro Nacional (STN). Em resumo, a calibragem da liquidez no mercado financeiro depende da oferta de títulos da dívida pública na carteira do Banco Central. Resumidamente, esses títulos podem ter três naturezas: a) pré-fixados (LTNs); b) pós-fixados indexados à Selic (LFTs); e c) pós-fixados indexados à inflação mais prêmio (NTN-Bs). Já os prazos de vencimento variam.

Aqui há o ponto de interface entre a política fiscal e a monetária. O Tesouro se financia parcialmente (mas não só) a partir de títulos pós-fixados indexados à Selic. O BC, por sua vez, fixa uma meta para a taxa Selic condicionada aos seus objetivos (guiar a inflação na meta, por exemplo). Toda vez que o BC move a taxa Selic, ele influencia diretamente o custo de captação do Tesouro, onerando endogenamente a dívida pública por vias dos títulos pós-fixados. Isso se dá mesmo que o déficit primário tenha se mantido estável, como destaco no artigo anterior.

Mas e os outros indexadores? A Selic é responsável por apenas uma parte da indexação da dívida pública, títulos atrelados a outros indexadores não deveriam amortecer o impacto de uma alta da Selic no custo de rolagem? Ocorre que os demandantes desse tipo de papéis formam portfólios a partir de uma relação de arbitragem que considera: risco, remuneração, prazo de vencimento etc. Ao elevar a Selic, o BC onera diretamente a dívida pública via LFTs, mas também onera indiretamente por vias das LTNs e NTN-Bs.

Suponha que os bancos devam construir seu portfólio a partir da oferta de três títulos com risco idêntico (mesmo emissor, a STN) e mesmo prazo de vencimento. Se o retorno de um título se eleva por decisão da política monetária do governo, ao se tentar diluir seu custo de rolagem emitindo títulos vinculados a outros indexadores como taxas mais baixas, não haverá demanda para esses papéis. Consequentemente, o aumento da Selic produzirá pressão indireta sobre outros indexadores.

Aqui, os olhares se movem da política fiscal para a monetária. A taxa Selic tem sido muito alta e por muito tempo. Alguns economistas argumentam que o BC faz uma política monetária mais dura porque do lado fiscal o “governo não faz a sua parte”. No artigo anterior, no entanto, desconstruímos essa crença baseados nos dados recentes de despesas e déficit primário. A estabilização da dívida pública passa indubitavelmente por um alívio no seu custo de rolagem — o que requer recalibragem da política monetária.



Caio Gomez

A democracia brasileira



» MONGE SATO
Graduado em administração e em direito, pós-graduado em ciências sociais, mestre em economia, monge budista, ex-regente do Templo Budista de Brasília

Eu lá estava. No dia 16 de setembro de 1973, lembra o nosso poeta Pedro Terra que, cinco dias depois de bombardear o Palácio La Moyné, matar o presidente Salvador Allende, legitimamente eleito pelo povo chileno, os fascistas liderados por Augusto Pinochet, a serviço dos Estados Unidos, mantinham Santiago submetido ao terror com arrastões, sequestros, fuzilamentos, embaixadas cercadas, medo disseminado por toda parte, tudo em nome da democracia.

Nesse mesmo dia, o poeta e violonista chileno Victor Jara de La Peña de Los Parra foi executado brutalmente com as mãos decepadas.

Outro dia, estava em São Paulo e fui ao Parque Villa Lobos, inaugurado pelo governador Mário Covas que era sabidamente democrata e contra a ditadura. Como faço normalmente, passei a cumprimentar todos com que cruzo com “bom dia”, e ninguém me respondeu. Não acontecia isso antes e fiquei intrigado: será que a população brasileira em geral vive com ansiedade e medo? É por causa das eleições que se avizinham?

Ora, tanto o medo como a ansiedade são um fenômeno mundial, como sinal dos tempos em que vivemos na incerteza, confirmada até na ciência por meio da física quântica que observa

o movimento dos mini átomos que representam a materialidade. Por outro lado, é verdade que, em Brasília, ando com os cachorrinhos pela quadra onde moro e a maioria das pessoas responde ao meu cumprimento, talvez não a mim, mas aos pets que demonstram amorosidade no afeto e sinceridade.

A amorosidade com afeto e sinceridade são importantes nas eleições que se aproximam. Isso faz parte da democracia.

Muita gente se recorda do final triste e fatídico da gestão Collor, se bem que isso provocou o surgimento do Plano Real, com a ascensão do Fernando Henrique Cardoso, que foi presidente por duas vezes.

É bom lembrar que é também dessa época a formação do governo paralelo, sob a liderança de Lula, que contou com figuras destacadas da sociedade, como Antonio Candido de Mello e Souza, Aziz Ab'Saber, José Gomes da Silva, José Paulo Bisol, Marcio Thomaz Bastos, Walter Barelli. Tive a honra de figurar como responsável pela reforma do Estado.

Não quero falar da reforma do Estado agora, pois é um desafio monumental desenhar uma máquina pública republicana, eficiente e desatrelada do patrimonialismo tradicional, pois é indispensável estruturar um Estado voltado para a garantia dos direitos fundamentais e a redução das profundas desigualdades brasileiras sem falar do planejamento estratégico democrático, o fortalecimento da gestão e a valorização das carreiras públicas como alicerces indispensáveis para que as políticas sociais cheguem aos que mais precisam e a estabilidade democrática não seja sequestrada pelo fisiologismo.

Mas Lula pode se orgulhar de medidas amorosas voltadas aos menos favorecidos, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs); a Farmácia Popular; o Bolsa Família; a Bolsa Escola; o Fome Zero; o Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos, o Prouni; o Fies; o Pronatec e outras medidas que favoreceram toda população, além da especial atenção às mulheres — com Janja —, aos indígenas e ao cuidado pela natureza.

Isso pode sensibilizar até gente que não viveu os anos cinzentos da ditadura e que ascendeu socialmente por causa dessas medidas! E, não se trata somente de questões internas, como o Pix que tem suscitado admiração pelo mundo. A nacionalidade se forma pela dignidade e pela soberania no palco mundial — como ele faz agora nas Nações Unidas —, propondo o exercício efetivo da democracia que busca a paz e que seja capaz de extirpar de forma consistente o medo e a ansiedade pela segurança social.

Que tenhamos a democracia cada vez mais fortalecida, com mais liberdade crítica e criativa, respeitando os outros no mundo e a verdade ética que se aprende na família integrada e nas boas escolas com sensíveis e competentes professores.

Isso diria o falecido Paulo Freire, que foi responsável pela minha passagem pelo pelotão de fuzilamento no Chile, e não Marx, Mao Tse Tung e Fidel Castro. Ele continua me inspirando no Projeto HaiGa como atividade trans religiosa, transcultural e trans política que desejo difundir pelo Brasil.

Finalmente, quero lembrar que o desenvolvimento que teve o Brasil ou o Chile e até a Argentina não foi alicerçado na ditadura. Esta provei na pele, nos ossos e na cabeça com os tampões na orelha que agravaram a minha surdez.

Ditadura nunca mais.